



Vol 7, Núm 1, jan-jun, 2026, pág. 325-345

“Lute por nós”. Bombeiros (as) em perigo, e nem podem pedir socorro

sueley mascarenhas¹

“O bem estar dos descendentes é
realização dos antepassados.”

RESUMO

Este artigo de revisão objetiva analisar contextos de treinamentos de bombeiros militares no que se refere a riscos para a saúde de seres humanos vivos, livres, soberanos por natureza que escolhem ou são levados de boa-fé a escolher entrar para alguma instituição militar e colaborar com a sociedade na função de bombeiro (a) militar. Quando ingressam são surpreendidos por uma estrutura violenta, autoritária e uma pedagogia de sofrimentos, humilhações e punições que aos poucos mina sua saúde mental, física, psicológica e emocional; O que configura violação de direitos humanos e uma imensa contradição, pois são instituições que pregam uma imagem de honra, respeito para o público que os sustenta, e que todavia, entre seus muros e acampamentos permitem e promovem ações que violam direitos e garantias fundamentais de seres humanos, o que impacta sobre bens individuais indisponíveis a saúde e o bem viver de praças e seus parentes. A continuação de novos estudos e pesquisas na área poderá aportar novas análises sobre o tema servindo como referência para lideranças e profissionais responsáveis construir novas políticas de treinamentos que fortaleçam e respeitem a dignidade dos (as) colaboradores(as) seus direitos humanos e de seus parentes.

Palavras-chave: bombeiros (as) militares; treinamentos rústicos; pedagogia do sofrimento; sofrimento parental; saúde e segurança no trabalho; direitos humanos; direitos laborais.

ABSTRACT

This review article aims to analyze the training contexts of military firefighters in relation to the health risks to living, free, and sovereign human beings who choose, or are led in good faith to choose, to join a military institution and collaborate with society in the role of military firefighter. Upon entering, they are surprised by a violent, authoritarian structure and a pedagogy of suffering, humiliation, and punishment that gradually undermines their mental, physical, psychological, and emotional health. This constitutes a violation of human rights and

¹ Doutora em Psicopedagogia, Universidad A Corunha, Espanha (2004). Docente Titular, Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: sueleyanm@ufam.edu.br. País Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0545-5712>



an immense contradiction, since these are institutions that preach an image of honor and respect for the public that supports them, yet within their walls and camps they allow and promote actions that violate fundamental human rights and guarantees, impacting inalienable individual assets such as the health and well-being of enlisted personnel and their relatives. Further studies and research in this area may provide new analyses on the subject, serving as a reference for leaders and professionals responsible for developing new training policies that strengthen and respect the dignity of employees, their human rights, and those of their relatives.

Key words: Military firefighters; rustic training; pedagogy of suffering; parental suffering; health and safety at work; human rights; labor rights.

RESUMEN

Este artículo de revisión busca analizar los contextos de formación de los bomberos militares en relación con los riesgos para la salud de los seres humanos vivos, libres y soberanos que eligen, o son inducidos de buena fe a elegir, unirse a una institución militar y colaborar con la sociedad en el rol de bomberos militares. Al ingresar, se encuentran con una estructura violenta y autoritaria y una pedagogía del sufrimiento, la humillación y el castigo que mina gradualmente su salud mental, física, psicológica y emocional. Esto constituye una violación de los derechos humanos y una enorme contradicción, ya que se trata de instituciones que predicen una imagen de honor y respeto hacia el público que las apoya, pero dentro de sus muros y campamentos permiten y promueven acciones que violan los derechos y garantías fundamentales, impactando bienes individuales inalienables como la salud y el bienestar del personal alistado y sus familiares. Estudios e investigaciones adicionales en esta área pueden aportar nuevos análisis sobre el tema, sirviendo como referencia para líderes y profesionales responsables de desarrollar nuevas políticas de formación que fortalezcan y respeten la dignidad de los empleados, sus derechos humanos y los de sus familiares.

Palabras claves: bomberos militares; formación; pedagogía del sufrimiento; sufrimiento parental; salud y seguridad en el trabajo; derechos humanos; derechos laborales.

INTRODUÇÃO

Quem salvaguarda a vida, a saúde e o bem viver dos (as) bombeiros (as) e de seus parentes?

Em tese, seria o Estado. Todavia, segundo a literatura científica revisada e farta documentação disponível em termos acadêmicos, a realidade é complexa e requer sérias análises pelas lideranças sociais e institucionais responsáveis no sentido de assegurar o respeito aos direitos humanos dos seres vivos homens e mulheres, naturais, pré- estatais e pré-jurídicos



que aceitaram colaborar na função de soldado (a) com a instituição Corpo de Bombeiros Militar, no sentido de possibilitar o cumprimento da missão e finalidade institucional que seria associada dentre outras, a salvar vidas e proteger riquezas alheias. O que não pode implicar em prejudicar a própria vida e bens indisponíveis como a própria saúde e bem viver.

Este artigo de revisão objetiva analisar aspectos de treinamentos e práticas institucionais de bombeiros militares e possíveis impactos sobre a saúde mental, física, psicológica e emocional de soldados (as) que são atraídos por propagandas institucionais que omitem aspectos desfavoráveis e perigosos da carreira e do ambiente militar e que afetam de forma negativa sobre a saúde e o bem viver os militares envolvidos e de seu clãs, pois os parentes biológicos acompanham e se solidarizam com os sofrimentos de seus entes queridos e descendentes (FRANÇA; RIBEIRO, 2019; FRANÇA, 2022; BARDIN, 2011; BERTAUD, 2013; BOURDIEU, 2002; BRASIL, 1988; 2001; EBERHARDT; CARVALHO; MUROFUSE, 2015; FRANCO; DRUCK.; SELIGMANN-SILVA, 2010; GOMEZ, 2011; GRACINO, 2016; INTERSINDICAL, 2015; LIMA; ASSUNÇÃO; BARRETO, 2015; MACHADO; GOMEZ, 1994; MENDES; DIAS, 1991; MINAYO, 2014; MINAYO; SOUZA, 1999; MONTEIRO, 2013; OLIVEIRA; NUNES, 2008; OMS; 2016; PAIVA; VASCONCELLOS, 2011; PIRES, 2016)

Muitos escolhem entrar para a carreira militar, iludidos pela propaganda, por ingenuidade, precipitação e falta de orientação e pesquisa sistemática sobre os sérios riscos que correrão e que afetarão seus progenitores e parentes biológicos de forma direta e indireta. Há uma ilusória propaganda institucional da porta para fora dos quartéis, pois da porta para dentro se vivenciam cenas de humilhação pública, coação, sofrimento, assédios, desrespeito à dignidade humana e aos direitos humanos, violência institucional e hierárquica. Segundo a literatura especializada a carreira militar está repleta de riscos que se escondem atrás das patentes de autoridade institucional para exercer a pedagogia do sofrimento ao arrepio da constituição e dos direitos humanos lei contra colaboradores de patentes de categorias iniciais como os “praças”. Na maioria jovens ansiosos por uma oportunidade laboral e inserção sócio econômica, desavisados sobre os rigores das práticas internas, entram por ingenuidade, e vão se deixando levar ao tempo em que são “adestrados (as)” como animais irracionais, doutrinados (as) a “sentirem orgulho” de serem humilhados(as), oprimidos (as), coagidos (as), feridos (as),



forçados (as) (as) no corpo, na alma e no coração, desrespeitados (as), tendo o único mérito de ostentar uma “farda” em público e por outro lado terem seu emocional destroçado como seres humanos em dignidade, respeito, auto estima auto respeito, auto cuidado, valor próprio. Destroçando junto de forma indireta sua linhagem biológica que assiste com decepção a fragilização da saúde e do bem estar de seus filhos (as). Os meses e anos vão passando e tentam se convencer de que fizeram uma “boa escolha”, que o ambiente é bom, que a função é necessária para a sociedade e que tudo é possível, porta a dentro dos plantões dos quartéis onde são confinados por pelo menos 24h, devendo dizer “sim senhor(a)” para cada comentário de superior e pedir permissão até para sair da sala, permissão para tudo como servos (as) escravizados (as) sem o mínimo de autonomia, liberdade, soberania e auto respeito. É preciso reativar o valor próprio, a coragem, determinação e o respeito à linhagem biológica para romper esse “véu de ilusão” e encontrar melhor e coerente caminho.

No atual contexto brasileiro, a perda e a violação de direitos trabalhistas intensificam esse cenário que atinge diferentes categorias profissionais e pode ser compreendida como uma forma de violência estrutural com a precarização das carreiras.

Soldados (as) bombeiros (as) militares enfrentam sofrimento em treinamentos devido à intensa exigência física e mental, que causam lesões e estresse, além de uma "pedagogia do sofrimento" enraizada na cultura militar para forjar resiliência, mas que pode beirar a violência e negligenciar a saúde, levando a problemas físicos (lesões, dor) e psicológicos (estresse, traumas), exigindo atenção à saúde mental e reformulação das práticas.

Análise da relação que se estabelece entre a cultura militarista e processos de socialização baseados no sofrimento na formação do bombeiro militar.

Como os princípios da cultura militar são vivenciados por soldados (as) bombeiros (as) militares?

Quais as consequências da presença de uma pedagogia do sofrimento na formação do bombeiro militar?



Como a violência na formação profissional do Bombeiro Militar, através do sofrimento físico, psíquico e moral, se revela como um fenômeno associado à ética militar que impregna a corporação.

A pedagogia do sofrimento em treinamentos de bombeiros militares é uma prática onde a dor, o cansaço extremo e desafios desumanizantes são usados para forjar resiliência, disciplina e superação, sob a crença de que o sofrimento endurece o militar, mas levanta sérias questões éticas sobre violência, abuso e limites, especialmente quando ocorrem abusos disfarçados de "pedagogia", como relatos de agressões físicas e humilhações que ultrapassam o treinamento necessário, revelando um "currículo oculto" da cultura militar que precisa ser apresentado e analisado, em termos de real necessidade e legalidade uma vez que impacta sobre direitos humanos naturais indisponíveis como a saúde plena e o bem viver.

A Pedagogia do Sofrimento é um método de formação que utiliza a imposição de situações de desconforto físico e psicológico intenso para desenvolver qualidades como coragem, perseverança e auto-superação. Tem como objetivo (alegado) preparar o militar para situações extremas, ensinando-o a ir além dos limites percebidos, crucial para missões de resgate e combate a incêndios.

A pedagogia do sofrimento se manifesta por meio de sistemáticos, intencionais e organizados treinamentos extremos em locais rústicos e inóspitos, isolados de conhecidos e progenitores onde os (as) estudantes realizam atividades orientadas pelos responsáveis como: travessias em lagoas geladas, marchas forçadas, privação de sono e alimentação, e exercícios com peso em condições adversas.

Imposição por parte de instrutores(as) de violência simbólica e física onde relatos incluem humilhações verbais, "caldo" (aplicação de água fervente ou fria) e agressões físicas, muitas vezes por veteranos sobre calouros, com a justificativa de "ensinar a aguentar".

Tais práticas escolhidas pelos responsáveis da corporação são alvo de críticas e questionamentos pois demonstram problemas caracterizados por: abuso de poder: a linha entre treinamento e tortura se torna tênue, com relatos de estudantes sendo forçados, pressionados, persuadidos e até coagidos a continuar mesmo com dores e lesões, como visto em investigações (IPCs). Tais práticas segundo alegações integram uma cultura Institucional onde a persiste a crença de que "com sofrimento cria o herói" é forte e ajuda a mascarar os abusos



inconstitucionais e ilegais, dificultando a discussão sobre os limites e a humanização da formação. Tais escolhas e práticas institucionais possuem forte impacto psicológico: A violência na formação pode ter consequências duradouras para os militares, levando a traumas e problemas de saúde mental tanto dos envolvidos de forma direta como sobre seus parentes pois ficam aflitos pela exposição de seus descendentes a esse regime de treinamentos com currículo ocultos, onde o isolamento social e parental deixa os matriculados em condição de alto risco por absoluta ausência de suporte parental.

O debate atual sobre esse tema requer transparência em tais procedimentos pela necessidade de dialogar do ponto de vista Administrativo institucional com apoio de acadêmicos e especialistas que entendem a necessidade de analisar sobre a real necessidade de optar pela pedagogia do sofrimento para separar o treinamento eficaz de práticas abusivas, alinhando a formação com os direitos humanos e a saúde dos (as) futuros (as) bombeiros (as) militares ou civis.

Outra necessidade é o foco no profissionalismo: O treinamento deve focar no desenvolvimento técnico e profissional, respeitando os limites fisiológicos e psicológicos dos matriculados, sem a necessidade de violência gratuita, defendem alguns. Uma vez que são seres humanos vivos, com soberania, liberdade e autodeterminação, seres integrantes da natureza com seus direitos e prerrogativas individuais pré jurídicas e pré estatais e pré institucionais. Todo ser humano é um ser biológico, vivo natural, digno e tem direito de conviver com o meio natural e social em respeito e igualdade.

Excessos nos acampamentos destinados ao treinamento são palco de atividades que atacam e desrespeitam a dignidade do Ser Humano, natural, real vivo, soberano e livre por natureza.

Nesse contexto, em treinamento milhares aguilhões da ordem chegam ao extremo quando o sofrimento infligido aos matriculados nos cursos faz parte dos ritos institucionais, legitimando o currículo oculto, em muitos casos acrescidos de violência física, emocional e moral.

O currículo oculto, em escolas militares, é utilizado no cotidiano paralelamente ao currículo formal, incutindo nos estudantes ideais como a "honra," o "brio", a força, o vigor, de



modo que essa perspectiva curricular se traduz na valorização dos símbolos militares. Diante de tais abusos ilegais, como se cogitar honra e brio?

Não por acaso, os testes e instruções militares estão culturalmente sedimentados por elementos de dominação masculina, pois, se em relação à mulher foi socialmente construída a visão pejorativa de sexo frágil, ao homem dominador torna-se natural o sofrimento para se obter um brevê de virilidade militar.

Quanto às mulheres que se interessam pela carreira, para serem aceitas em um mundo de predominância masculina, são levadas a internalizarem a sobredeterminação militar, aprendendo pela lógica da pedagogia do sofrimento.

Brevês, na cultura militar, são símbolos usados no uniforme indicativos do término de cursos pelos militares. Cada brevê carrega consigo distinções sociais e institucionais que referencia o indivíduo que o possui diante do grupo de militares, especialmente quando são símbolos que identificam o término de um curso desgastante nos quais as dores físicas, emocionais e morais chegam ao extremo, exigindo, muitas vezes, momentos de superação que vão além da resistência corporal e psicológica.

A fragilidade institucional da função de soldado (a)

Os "aguiilhões da ordem" as regras, a disciplina, as exigências institucionais, atingem seu ponto máximo ou mais severo quando a dor e o sofrimento deixam de ser acidentais e passam a ser uma parte intencional, sistemática, organizada e legitimada do processo de formação, como ritos de iniciação ou "currículo oculto". Nesse contexto, o sofrimento é usado como uma ferramenta de controle e socialização, o que pode incluir violência física, para impor a obediência e a rigidez esperadas dos membros da ordem (militares, neste caso). As instituições militares usam o sofrimento para moldar o comportamento e a obediência.

As situações antes expostas, de certa forma, traduzem a força do sistema militar sobre os indivíduos que o experimentam já que a disciplina, a hierarquia e a obediência são os seus pilares fundamentais, os quais existem regulamentados em códigos prescritos exercendo vigilância contínua sobre todos os gestos, olhares e palavras dos militares. Desse modo, como o sistema militar objetiva disciplinar corpos que produzem violência tanto física quanto



simbólica, a ordem surge caracterizando-se como um aguilhão que fere aquele(a) que a recebe. E a ordem enquanto aguilhão, com toda a violência a ela atrelada, tenta encontrar maneiras de se exteriorizar, o que faz do militarismo um sistema opressor para seus integrantes. A acumulação progressiva desses aguilhões no((a) soldado (a) é um processo que avança rapidamente. Em se tratando de um soldado raso (praça), o grau mais baixo da hierarquia militar, toda e qualquer oportunidade de livrar-se de seus aguilhões permanece-lhe vedada, pois não lhe é possível dar ordem alguma. Faz sempre o que lhe mandam. Obedece e, em sua obediência, torna-se cada vez mais rígido(a), oprimido (a), traumatizado (a), humilhado(a), fragilizado (a), “Bisonho(a),” é uma expressão da cultura militar de caráter pejorativo e depreciativo, quando usada contra um (a), subordinado (a) hierárquico,

Nesse contexto, os aguilhões da ordem chegam ao extremo quando o sofrimento infligido a estudante militares faz parte dos ritos institucionais, legitimando o currículo oculto, em muitos casos acrescidos de violência física. O currículo oculto, nas escolas militares, é utilizado no cotidiano paralelamente ao currículo formal, incutindo nos integrantes, supostos ideais como a honra, o brio, a força, o vigor, de modo que essa perspectiva curricular se traduz na valorização dos símbolos militares. Não por acaso, os testes e instruções militares estão culturalmente sedimentados por elementos da “dominação masculina” pois, se em relação à mulher foi socialmente construída a visão pejorativa de sexo frágil, ao homem dominador torna-se “natural” o sofrimento para se obter um “brevê de virilidade militar”.

Às mulheres, para serem aceitas em um mundo de predominância masculina, cabe também internalizarem a “sobre determinação militar”. Aprendendo ou sendo “adestrados(as),” pela lógica da violência, coação, assédios, pressão ou persuasão, cedem em obedecer às ordens abusivas por uma conduta que entendemos se aproxima ao da “vontade viciada”, aquela em que se consente para evitar maior risco de danos físicos, ao clã ou patrimônio, sendo passível de anulação, por ser uma “vontade forçada”, falsa, portanto nula.

Onde a indicação de um superior para participar de um treinamento em local rustico por 32 dias longe de sua casa, sem comunicação, coloca o (a) soldado (a) em alto risco. Pois estará isolado (a), com compromisso de ficar todos esses dias longe de seus parentes biológicos, sem comunicação se configura como uma “ordem” que passa para os parentes como “escolha própria”. A persuasão para consentir e ficar em situação de fragilidade em local rustico,



inseguro e desconfortável, se faz pelo superior hierárquico em entrevista, com promessas de que participando desse “treino especial”, poderá ter melhores oportunidades funcionais e institucionais no futuro incerto e inseguro. Omitindo os severos riscos para a saúde mental, emocional, psicológica e física ao serem obrigados (as) a realizar atividades exaustivas por mais de 18 horas ao dia, com privação de sono, alimentos, cuidados de higiene pessoal, dentre outros excessos.

E se ocorre algum acidente ou situação indesejada, o (a) soldado é levado (a) pelos responsáveis a entender que foi sua “livre escolha” participar na atividade e que poderia se retirar a qualquer momento. Óbvio que com sequelas e prejuízos por lesões corporais e estéticas, que podem levar por suas vidas, tais como danos estéticos e traumas emocionais severos. O que se percebe é uma fragrante má fé e desrespeito aos direitos humanos dos (as) colaboradores (as) com a instituição militar e de seus parentes biológicos que ficam sem comunicação direta recebendo móidas informações, absolutamente desrespeitosas e insuficientes sobre o bem estar de seus entes queridos.

E quando por excessos nos treinos e atividades peculiares se ocasionam lesões corporais e tramas emocionais, são classificados pelos instrutores e responsáveis hierárquicos como “leves” e que se curam sozinhos, sem comprovar o obrigatório registro do acidente em serviço estabelecido pela legislação. O que demonstra a absoluta decadência do que consideram “honra” institucional. Degradeante. Vergonha.

Relatos de atividades similares à tortura, atividade proibida pela Constituição Federal do Brasil, 1988:

Trotos

Os trotes podem se caracterizar como estratégias de violação intencional, sistemática e organizada de direitos humanos dos (as) ingênuos (as) aspirantes ao cargo de soldados (as) bombeiros (as) militares. Sabemos que o trote trata-se de um “rito de passagem” ou “rito de elevação de status” no qual predomina o sofrimento físico, psíquico e moral aplicado de forma individual ou coletiva por veteranos a novatos (as) que ingressam principalmente na carreira militar ou no ensino universitário.



Tais abusos ilegais e inconstitucionais, ocorrem por meio de testes físicos de superação e/ou através de situações constrangedoras, humilhantes e vexatórias. Todavia, na prática é um rito para degradação sistemática, intencional e organizada por parte de superiores hierárquicos. O que fragiliza o estado original de bem estar psicológico de ser livre, entusiasmado, animado, soberano, livre e autodeterminado para o de ser subordinado, humilhado, onde sua autoestima e auto conceito se deteriora a cada dia de treinamento ou plantão onde sua dignidade é ignorada e sua existência é diminuída e desvalorizada por agentes públicos muitas vezes com elevado grau de irresponsabilidade funcional, que ocupem funções superiores e que orientam tais condutas e ações para os (as) matriculados (as) nos respetivos “treinos”.

Longe dos olhares do público, dos progenitores, causando uma sutil autodesvalorização a cada plantão ou dia de treinamento. Uma vergonha permanente de ter que se submeter e obedecer sempre. Pior, tendo como testemunhas e cúmplices da violência estrutural nas relações internas dos treinamentos e quartéis, colegas antigos ou novatos que já passaram e passam pelas mesmas humilhações e situações vexatórias.

Morderam a isca. Estão “presos (as)”. Acordar e encontrar outro caminho o quanto antes

Pode ser um excesso de avaliação, mas pode ser entendido como se os praças foram capturados (as) pela corporação com promessas vazias de uma bela carreira militar. Para sobreviver, passam a apresentar sintomas que por falta de outro termo mais apropriado, se aproximam a condutas associadas à Síndrome de Estocolmo: começam um processo de conflito interno onde tentam se convencer que foi uma “boa escolha”, que são adultos e podem escolher seus caminho sem o parecer dos parentes que os criaram e possuem poder parental superior ao institucional e jamais consentem que seus descendentes sejam sujeitados a tais rituais de sofrimento e humilhação pela corporação. O falta do consentir do clã anula, no plano espiritual e ritualístico as intenções e propósitos da corporação em destruir a moral, a autoestima e fragilizar a dignidade de seus (as) filhos (as). O que neutraliza, no plano espiritual e material e tentativa de submeter e adestrar aqueles cujos progenitores deixam de consentir com as práticas abusivas que a corporação impõe a seus descendentes.



Diante de abusos sofridos e silenciados, o corpo dos recém praças grita por socorro. Passam a apresentar distúrbios de sono, obesidade, estresse, ansiedade e até depressão. E quanto mais tempo permanecem, o processo de adoecimento psicológico, emocional e mental e físico se agrava. Têm vergonha de pedir ajudar. E a instituição cria todo um “ritual” de falsa importância, de solenidades de premiação, condecorações, e outras alegadas “honrarias vazias” enquanto destroem o moral, a oportunidade de encontrar melhor opção laboral/econômica e o sentimento de dignidade humana nos (as) soldados (as). Vão consumindo seus melhores dias em plantões onde as relações de autoritarismo e humilhações são um vexame individual e coletivo para os que participam. Constrangedor.

Em treinamento para bombeiros militares as atividades visam desenvolver resistência física e psicológica para situações reais de emergência. No entanto, métodos de treinamento que submetem os(as) estudantes a sofrimento físico e psicológico extremo já foram objeto de denúncias, investigações e processos judiciais no Brasil, sendo inclusive classificados como "pedagogia do sofrimento" em estudos acadêmicos e, em alguns casos, como tortura ou maus-tratos em inquéritos policiais. Atividades específicas que foram associadas a essas denúncias incluem:

“Caldo”

Em relação aos bombeiros militares, a utilização do currículo oculto faz parte da cultura interna por meio principalmente dos trotes e das instruções. Um dos mais conhecidos na cultura dos bombeiros é o “caldo”, o qual é aplicado nas aulas em piscinas, em rios ou no mar. No “caldo”, o(a) aluno(a) é forçado(a) por alguém que faz pressão por cima de sua cabeça empurando-o(a) com violência até a submersão. Ao perder o fôlego, o(a) aluno(a) tenta colocar a cabeça para fora d’água, mas é impedido(a), de modo que o “caldo” repete-se por inúmeras vezes. Foi exatamente na aplicação de um “caldo”, durante uma instrução de salvamento aquático, que ocorreu o caso que adiante analisamos (FRANÇA; RIBEIRO,2019, pág.225)

- “Caldo” ou afogamento simulado é uma prática controversa em treinamentos de salvamento aquático, na qual a cabeça do colaborar (a) é forçadamente mantida submersa por um (a) instrutor(a). Um caso notório em Mato Grosso resultou na morte de um aluno-soldado em 2016 e em acusações de tortura contra uma tenente, que acabou condenada por maus-tratos.
- Exercícios físicos exaustivos em treinamentos que levam intencionalmente os participantes ao limite extremo da exaustão física, sem pausas adequadas ou hidratação,



especialmente em condições climáticas adversas ou com equipamentos pesados (como o conjunto de aproximação que pesa cerca de 13-25 kg).

- Privação sensorial e confinamento em simulações de situações de alto estresse, como mergulhos em águas escuras, turvas ou confinadas, onde a visibilidade é zero e a resistência psicológica é testada ao extremo.
 - Exposição a agentes químicos, embora mais comum em treinamentos militares gerais, o uso de gás de pimenta ou similares em ambientes fechados já foi associado a incidentes que necessitaram de atendimento médico, levantando questões sobre os limites da segurança no treinamento.
 - Abusos morais e psicológicos como demonstram relatos de xingamentos, humilhações e ameaças por parte de instrutores, o que pode configurar tortura psicológica ou assédio moral.
 - Atividades voltadas para “suportar física e mentalmente” o que a profissão exige. Assim se molda um discurso de necessidade de formação “robusta”, “rustica. Ficar dez horas em pé, ou horas esperando os ritos de uma ocorrência, ficar “sob sol e chuva”, entre outras peculiaridades. Assim, realizam atividades de esgotamento físico e mental durante o curso de formação.
 - Mergulhar e passar por uma manilha;
 - Processos rituais não estão necessariamente relacionados às atividades profissionais. Estão relacionadas a “pagar a cota”, submeter aos valores, disciplina e distinção do grupo. E quanto maior o capital simbólico, maior a dívida de sofrimento que tem que cumprir. Por isso que o número de concluintes é sempre menor dos matriculados, pois não é um curso ou um grupo para todos; e o número de participantes é inversamente proporcional ao prestígio no grupo.
 - “Pagar com a carcaça” realizando atividades físicas excessivas que podem causar sérias lesões corporais com danos estéticos, acidentes em serviço e que ficam sem os registros obrigatórios por lei como acidentes de trabalho. E que o ser humano que sofreu o dano é convencido pela instituição a aceitar o fato se auto responsabilizar pelo dano que as ordens cumpridas durante o “treino” causaram a seu corpo físico, mental e emocional. Uma vergonha absoluta.



Condições de violência institucional no mundo militar são geralmente alimentadas pelo desejo por autoridade e pela incipiente concepção da aprendizagem pelo sofrimento, a qual se mostra vazia de conteúdo e de propósito. Uma desonra e sinal de decadência institucional em tempos de respeito aos direitos humanos. Absoluta ausência de brio.

É importante enfatizar que tais práticas, quando excessivas e intencionalmente cruéis, são consideradas ilegais e desumanas, e não fazem parte dos protocolos oficiais e éticos de treinamento, que devem seguir normas de segurança e respeitar a dignidade humana. Investigações do Ministério Público (MP) e ações judiciais, como as mencionadas na literatura especializada, demonstram a repressão a esses abusos.

Cabe ressaltar que a ausência dos registros não significa ausência de sofrimento e de violências institucionais nos cursos. Talvez a grande quantidade de registros das desistências nos cursos, que houve a matrícula voluntária e submissão a diversas etapas seletivas, pode ser uma evidência a ser considerada para analisar a formação pela e da violência.

A seguir, repicamos recortes relatos sobre descortesias de oficiais para com soldados (as), conforme publicação de pesquisa da Instituição INTERSINDICAL, CENTRAL DA CLASSE TRABALHADORA, 2015:

Relato 1

“Bora, bora, você é um bicho. Você é um jumento, seu gordo!”. Ex-soldado imita a fala dos oficiais que o instruíam na academia quando ingressou na carreira militar. “Às vezes, era hora do almoço e os superiores ficavam no meu ouvido gritando que eu era um monstro, um parasita. Parecia que estava adestrando um cachorro. O soldado é treinado pra ter medo de oficial e só. O treinamento era só mexer com o emocional, era pro cara sair do quartel igual a um pitbull, doido pra morder as pessoas. Como é que eu vou servir a sociedade desse jeito? É ridículo. O policial tem que treinar o raciocínio rápido, a capacidade de tomar decisões. Hoje se treina um policial parece que está treinando um cachorro pra uma rinha de rua”, reflete”.

Relato 2

“Sempre que um (a) professor (a) faltava, éramos obrigados a fazer faxina em todo o quartel. E o pior: quem reclamava podia ficar preso o fim de semana todo. A hierarquia fica



acima de tudo no militarismo. O treinamento era só aquela coisa da ordem unida-exercícios militares de formação de marcha, de parada ou reunião dos membros da tropa-, ficar o dia inteiro marchando debaixo do sol quente. Lá dentro é um sistema feudal, você tem os oficiais que podem tudo e os (as) soldados (as) que abaixam a cabeça e pronto, acabou. Você é treinado (a) só pra ter medo de oficial, só isso. O (a) soldado (a) que vê o oficial, mesmo de folga, se treme de medo”

Relato 3

“É uma lavagem cerebral. O militarismo é uma espécie de religião que cria fanáticos. Ordem unida, leis militares, os regimentos e tal, aqueles gritos de guerra. Essas coisinhas bestas que os policiais vão aprendendo, como arrumar direito a farda. Você pode ser preso se não tiver com um gorro ou chapéu na cabeça. Essas coisas que só atrapalham a vida dos (as) soldados(as). Às vezes eu pegava um ônibus superlotado, chegava com a farda amassada e ficava sexta, sábado e domingo preso (a). Você imagina? Por causa de uma besteira dessas? Isso é ridículo”, exclama. “E isso é antes e depois do treinamento: se você for hoje no quartel você vai ver soldado (a) capinando, pegando lixo, varrendo chão, lavando carro de coronel, abrindo porta para os semideuses (oficiais). Zero relação com a missão institucional.

Segundo pesquisa consultada, foram ouvidos mais de 21 mil profissionais de segurança pública (entre policiais militares, civis, rodoviários federais, agentes da polícia científica, peritos criminais e bombeiros) de todas as unidades da federação, mais da metade deles policiais militares, sobretudo praças (policiais de patentes mais baixas). Destes, 82,7% afirmaram ter formação máxima de um ano antes de exercer a função, 38,8% afirmaram que já foram vítima de tortura física ou psicológica no treinamento ou fora dele e 64,4% disseram ter sido humilhados ou desrespeitados por superiores hierárquicos. 98,2% de todos os profissionais (incluindo profissionais de outras áreas) que responderam a pesquisa afirmaram que a formação e o treinamento deficientes são fatores muito importantes para entender a dificuldade do trabalho (Intersindical,2015)

A situação de bombeiros militares é complexa. Pois em vários estados, os regimentos internos militares proíbem expressamente que os militares se manifestem a respeito da própria profissão. Eles também dizem ter pouco espaço para denunciar as violações sofridas por eles



no dia a dia – a estrutura fechada e hierárquica do militarismo dá pouca brechas para denúncias ou críticas dos policiais com relação à própria formação, principalmente fora dos quartéis. Mesmo que essas denúncias se refiram ao descumprimento de direitos humanos primordiais.

Sensíveis diferenças conceituais - Coação, Coerção e Persuasão

A persuasão é fundamentalmente diferente, pois se baseia na comunicação e influência para obter o consentimento voluntário da outra parte. Respeita o Livre Arbítrio: A pessoa persuadida mantém a opção de tomar a decisão por si mesma e envolve o uso de argumentos lógicos, apelos emocionais, dados e estatísticas para convencer o receptor da mensagem a adotar uma ideia ou realizar uma ação.

Quadro 1: Características – coação, coerção e persuasão

Características			
Consentimento	Coação	Coerção	Persuasão
	Ausente ou viciado (forçado)	Ausente (imposição de poder)	Voluntário (livre escolha)
Método	Violência física, psicológica ou grave ameaça. Ex. atribuir nota baixa para avaliação laboral periódica	Uso da força ou poder (frequentemente legal)	Argumentos, lógica, emoção. Ex. Poderá ter melhores chances laborais no futuro.
Intenção	Obrigar a vítima a fazer algo contra a vontade	Impor o cumprimento de uma norma/ordem	Influenciar uma decisão, mantendo a opção de escolha

Fonte: Elaboração própria

Quartel: ambiente laboral adoecedor. Ninguém merece!

“Praças criticam formação focada na servidão aos oficiais, vivida em um ambiente em que abusos físicos, psicológicos e disciplinares fazem parte da rotina” (INTERSINDICAL, 2015)



Embora não seja o conceito apropriado, entendemos que é possível associar a conduta de pertencer a uma corporação militar na função de soldado (a), ao comportamento peculiar ao que se conhece como “Síndrome de Estocolmo”, à estratégia inconsciente para sobreviver aos plantões nas portas fechadas e controladas dos quartéis. A Síndrome de Estocolmo é um fenômeno psicológico específico, que ocorre majoritariamente em vítimas de sequestro, abuso ou violência, onde a vítima desenvolve laços emocionais ou simpatia pelo seu agressor como um mecanismo de sobrevivência (ser aprovado na renovação do contrato no caso dos de vínculo temporário, e aprovação para promoções no caso de vínculos estáveis). Os (as) soldados (as) passam a realizar comentários elogiosos a superiores que os inferiorizam, oprimem, exploram e uma ou outra ocasião lhes dirigem fragmentos insignificante de atenção ou meras palavras de promessas futuras de alguma provável ou improvável “melhoria” laboral.

Profissionais de resgate, incluindo bombeiros militares, estão frequentemente expostos a situações de alto estresse e traumas, o que pode levar ao desenvolvimento de outras condições de saúde mental, como: Síndrome de Burnout (esgotamento físico e mental intenso relacionado ao trabalho), Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) bem como sintomas de depressão e ansiedade

Segundo noticiado na imprensa e literatura especializada consultada, as possíveis causas do sofrimento durante os treinamentos se devem a aspectos como:

- Exigência Física Extrema: Cursos e atividades demandam preparo físico elevado, resultando em lesões desportivas, fraturas, lesões corporais, calos e dores crônicas.
- Estresse Ocupacional: A natureza da profissão (risco, tensão, contato com situações traumáticas) gera estresse elevado, com risco de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT).
- Cultura Militar e "Pedagogia do Sofrimento": Instrutores utilizam o sofrimento como ferramenta de adestramento para desenvolver resistência, mas isso pode descamar para violência e negligência, ignorando o bem-estar dos matriculados. E de acordo com o conceito, adestrar é ação destinada a animais irracionais, os estudantes são seres humanos livres, racionais, emocionais esse termo presente nos documentos das forças



militares pode ser entendido como um excesso e até uma ofensa à condição e dignidade humana.

- Machismo Institucional: A cultura militar, mesmo em CBMs, pode não ser imune a machismo e autoritarismo, dificultando a problematização do sofrimento feminino.

Impactos nos militares (praças):

- Lesões e Doenças: Alta incidência de problemas musculoesqueléticos (dores, calos, cicatrizes, fraturas, danos estéticos).
- Saúde Mental: Risco aumentado de estresse, depressão e TEPT devido à exposição a eventos traumáticos e às próprias condições de treinamento.
- Dificuldade em Pedir Ajuda: A própria cultura que impõe o sofrimento pode desestimular a busca por apoio psicológico, mesmo quando necessário.

Desafios e Necessidades:

- Revisão das Práticas de Treinamento: Necessidade de um equilíbrio entre exigência e segurança, com foco em excludentes de ilicitude para instrutores quando o sofrimento é desproporcional, garantindo segurança jurídica.
- Atenção à Saúde Mental: Implementação de programas de apoio psicológico, educação sobre saúde mental e qualidade de vida, para além do modelo puramente curativo.
- Combate ao Machismo: Desconstrução de práticas violentas e machistas dentro da instituição para garantir igualdade e respeito.
- Cuidado com a Saúde Ocupacional: Ir além do tratamento de doenças, focando na prevenção e promoção do bem-estar dos (as) militares, especialmente em áreas de risco como o atendimento de emergência.

Em resumo, o sofrimento dos (as) soldados bombeiros (as) é complexo, vindo da exigência da função e de uma cultura de treinamento que precisa ser repensada, priorizando a saúde física e mental sem perder a capacidade de formar profissionais preparados para o perigo e o respeito à dignidade e direitos humanos. Os pais acompanham a trajetória e sofrimentos



suportados por seus filhos (as). Observam os abusos infringidos aos filhos (as), suportam e sofrem juntos. Concluímos pela análise das informações revisadas a existência de excessos que impactam sobre a saúde e o bem estar dos militares envolvidos. Parentes e amigos também sofrem e são traumatizados juntos com seus filhos e filhas e a instituição pode vir a responder por tais escolhas, de acordo com o ordenamento jurídico pátrio vigente. São aspectos para refletir e incentivar novos estudos e pesquisas sobre o tema que possam ampliar a oferta de informações associadas. Para os que estão na carreira e percebem os sinais de desvalorização, desrespeito e violência estrutural ou pretendem ingressar, recomenda-se alerta, cuidado, pois a saúde, é bem individual indisponível e pode ser afetada de forma muito severa e talvez irreversível ou de difícil reversão pela participação nesses treinamentos e atividades militares em geral. Talvez seja melhor refletir e em respeito a si mesmo e seus ancestrais, encontrar outro melhor caminho com respeito, valor, consideração, proteção à dignidade do Ser que é: vivo, único, valioso, criativo, real, natural pré estatal, pré jurídico. Soberano e livre por natureza. E que, com certeza, encontrará melhor caminho laboral com saúde, respeito, prosperidade, honra, valor e liberdade para criar e prosperar em harmonia e bem viver. E que em todas as dimensões os agravos infringidos aos soldados e soldadas sejam anulados, cancelados e esquecidos sendo reestabelecida a saúde física e mental, a auto estima positiva, o auto conceito positivo, o valor, a sabedoria, a força e o poder soberano de Seres únicos e especiais que são, apoiados por seus progenitores e antepassados em valor e honra contribuindo com a sociedade em outras frentes laborais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando em consideração a totalidade de estudos revisados, destacamos o fato de como uma pedagogia militar aplicada a futuros profissionais em formação que desempenharão ou desempenham atividades de caráter civil demonstra ambiguidades quanto às suas finalidades, despertando-nos reflexões sobre a relação entre o respeito forçado à autoridade e a aprendizagem para o exercício de salvar vidas.



Além de salvar vidas alheias bombeiros e bombeiras militares têm o direito de preservar a própria saúde e bem viver e terem seus direitos humanos respeitados e promovidos pela corporação e por superiores hierárquicos.

A continuidade de estudos e pesquisas na área pode aportar novas informações científicas e sistematizadas que favoreçam a proposição de novas políticas de valorização da função e redirecionem os treinamentos e capacitações para aspectos de fato técnicos e operacionais, eliminando a cultura de infringir sofrimentos, humilhações e desrespeito à dignidade dos soldados e soldadas que com boa fé procuram as instituições para colaborarem com o cumprimento da missão institucional e são recebidos com truculências, desrespeitos, autoritarismo, atitudes de superiores hierárquicos absolutamente desnecessárias e ilegais. E que caracterizam pouca ou nenhuma honra à instituição, que se pretende tão relevante para a sociedade e que ao consentir tais práticas abusivas, desrespeita os (as) filhos (as) da sociedade afetando também a saúde dos parentes que sofrem junto com seus-suas filhos e filhas ao vê-los regressar arrasados, exaustos, com os vestuário sujo de retiros rústicos, onde foram exauridos, e, em muitos casos, alvos de abusos de autoridade, abusos físicos, psicológicos e emocionais. Traumas desnecessários para as funções técnicas que motivaram os respectivos treinos e capacitações de cunho profissional.

REFERÊNCIAS

FRANÇA. Fábio Gomes de; RIBEIRO. Luziana Ramalho. Um bombeiro pede socorro!": socialização, treinamento e sofrimento na formação do bombeiro militar. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 21, n. 51, maio-ago 2019, p. 212-241. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/84492/53678>. Acesso 15-10-2025.

FRANÇA, Fábio Gomes de. A pedagogia do sofrimento em um acampamento bombeiro militar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 92–107, 2022. DOI: 10.31060/rbsp.2022.v16.n1.1438. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1438>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo* São Paulo: Edições 70, 2011.



BERTAUD, Jean-Paul. O exército e o brevê de virilidade. In: CORBIN, Alain et al. (Orgs.). História da virilidade. *O triunfo da virilidade: o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013a. p. 74-94.4.

BERTAUD, Jean-Paul. A virilidade militar. In: CORBIN, Alain et al. (Orgs.). História da virilidade. *O triunfo da virilidade: o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013b, p. 195-248.5.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.6.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Doenças Relacionadas ao Trabalho*: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, DF: MS, 2001.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

EBERHARDT, L. D.; CARVALHO, M.; MUROFUSE, N. T. Vínculos de trabalho no setor saúde: o cenário da precarização na macrorregião Oeste do Paraná. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 18-29, 2015.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Rev Bras Saude Ocup.*, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

GOMEZ, C. M. Campo da Saúde do Trabalhador: trajetória, configuração e transformações. In: GOMEZ, C. M.; MACHADO, J. M. H; PENA, P. G. L. *Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 23-34.

GRACINO, M. E. et al. A saúde física e mental do profissional médico: uma revisão sistemática. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 110, p. 244-263, 2016.

INTERSINDICAL. *Humilhação, xingamentos e tortura marcam formação de policiais militares brasileiro*. Disponível em: <https://intersindicalcentral.com.br/humilhacao-xingamentos-e-tortura-marcam-formacao-de-policiais-militares-brasileiros.>, 2015. Acesso : 30-10-2025.

LIMA, E. P.; ASSUNÇÃO, A. A.; BARRETO, S. M. Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em Bombeiros de Belo Horizonte, Brasil: Prevalência e Fatores Ocupacionais Associados. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 279-288, 2015.

MACHADO, J. M. H.; GOMEZ, C. M. Acidentes de trabalho: uma expressão da violência social. *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. S74-S87, 1994.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da Medicina do Trabalho à Saúde do trabalhador. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-9, 1991.



MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Huicitec, 14. ed., São Paulo, 2014.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-32, 1999.

MONTEIRO, J. K. et al. Bombeiros: psicopatologia e condições de trabalho. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 437-444, 2013.

OLIVEIRA, R. P.; NUNES, M. O. Violência relacionada ao trabalho: uma proposta conceitual. *Revista Saúde Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 22-34, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra, 2002. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>>. Acesso em: 26 maio 2016.
» <http://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>

PAIVA, M. J.; VASCONCELLOS, L. C. F. Modelo Operário Italiano: o surgimento do campo da saúde do trabalhador. In: VASCONCELLOS, L. C. F.; OLIVEIRA, M. H. *Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Educam, 2011. p. 357-400.

PIRES, L. A. A. *A relação saúde-trabalho dos bombeiros militares do município do Rio de Janeiro*. 2016. 210 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

Recebido em: 30 de novembro de 2025.

Aprovado em: 17 de dezembro de 2025.

Publicado em: 1 de janeiro de 2026.

Autoria:

Nome Suely A. do Nascimento Mascarenhas

Breve currículo: Professora, Pedagoga, doutorada em Psicopedagogia, Universidade da Corunha, Espanha. Docente titular DE, Universidade Federal do Amazonas.

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

E-mail: suelyanm@ufam.edu.br

Orcid: orcid.org/0000-0002-0545-5712

País: Brasil